

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HELENA HATSUE KAKITANI

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HELENA HATSUE KAKITANI

AVENIDA ENGENHEIRO BELTRÃO , nº 1005 – CENTRO

CEP: 86.200-000 Ibiporã – Paraná

escola.kakitani@ibipora.pr.gov.br

Telefone: (43) 3178-0256

IBIPORÃ – PR

2022

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani tem a finalidade de explicitar a intenção de construção coletiva de uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente educadores, pais, estudantes, agentes educacionais e comunidade. A elaboração do PPP é uma necessidade, haja vista que toda escola precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social, renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura.

No Paraná, a legislação que deu início à regulamentação dos Projetos Político Pedagógicos das escolas foi a deliberação 014/99 do Conselho Estadual de Educação. Nessa deliberação o PPP é mencionado como Proposta Pedagógica, bem como nos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que também se refere ao documento como Projeto Pedagógico (art. 14, inciso I).

Numa ou noutra terminologia é proposto com o objetivo de democratizar e descentralizar as decisões pedagógicas, organizacionais e jurídicas da escola, com vistas à participação de todos os envolvidos no processo de educação escolar. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica o termo Projeto Político Pedagógico ganha uma conceituação definitiva. O projeto político pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento.

É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias (DCN Educação Básica, 2013, p. 47).

Este projeto é, além de uma síntese de ideias, reflexões, situações e propostas, o retrato da escola em suas realidades, intenções e necessidades. É um projeto de construção e estabelece a forma de organização que vislumbra a formação para a cidadania tendo por princípios a autonomia e a democracia.

Portanto, é o projeto político-pedagógico que integra as atividades e não o contrário. Todas as propostas integradoras dentro da escola devem partir de uma concepção maior que toma o trabalho como princípio educativo - ou seja, relacionar a teoria e a prática, fundamentando-se, de modo crítico, na sociedade em que vivemos.

Sumário

.....	24
Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).....	24
.....	24
No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento da teoria citada em seus diferentes aspectos:	24
.....	24
É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:	43
.....	43
“Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).....	43
.....	43
O objetivo principal é possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz desta teoria, instigando a leitura, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos.	43

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani, localizado na Avenida Paraná, nº 1005, Centro, região norte de Ibiporã, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura do Município de Ibiporã, é o documento norteador dos processos pedagógicos e administrativos que contribui para o estabelecimento e cumprimento de metas, expectativas e objetivos propostos na efetivação da formação dos estudantes.

O PPP deve expressar a autonomia e identidade do estabelecimento do ensino, e é amparado pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda a população, ele constitui-se nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas tendo em vista a função primeira da escola pública que é o acesso ao conhecimento. Assim, o Projeto Político-Pedagógico deverá ser discutido, aprovado e acompanhado em sua efetivação pelo Conselho Escolar, o PPP em seus encaminhamentos, fundamentos e princípios devem ser legitimados pelo Regimento Escolar, o qual, da mesma forma, deve ser construído e definido coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar. No que se refere ao processo de construção do PPP o referido destaca-se quanto à sua elaboração:

1. O Projeto Político-Pedagógico, em consonância com o princípio da gestão democrática, deverá ser construído de forma coletiva, isto é com a participação de toda a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos, pais ou responsáveis, diretor e professores pedagogos.

2. Cabe ao diretor da unidade escolar, juntamente com a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar.

3. O Projeto Político-Pedagógico deverá ser elaborado a partir do mapeamento de todas as condições concretas do estabelecimento de ensino e da comunidade escolar: diagnóstico da comunidade e do perfil sócio econômico.

Por este motivo, qual seja entender que o estabelecimento de ensino tem a prerrogativa de explicitar a sua base filosófica e metodológica, bem como pelo fato de se conceber que todo ato educativo é sim um ato político que expressa uma visão de mundo, de escola e de sociedade é que optou-se pelo termo Projeto Político Pedagógico. A utilização do termo político no projeto deve ser compreendida como intencional, pois segundo Veiga “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar

intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 1995, p.13).

Dessa forma, a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, tem como pressuposto diagnosticar as necessidades da prática pedagógica, identificando os elementos legais e conceituais que fundamentam esta prática. Deste diagnóstico e fundamentação, decorre, no âmbito das decisões coletivas, o plano de ação do estabelecimento de ensino. Neste sentido, o PPP Constitui-se no fundamento legal, conceitual, filosófico, ideológico, metodológico e operacional das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento.

Ele expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica, por meio dos quais são subsidiadas as decisões, conduzidas as ações, definidos os programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, discutidos os impactos destes programas sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como feita a análise dos seus resultados.

Constrói-se a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar a prática pedagógica. Equivale dizer, fundamentalmente, que a dinâmica do Projeto Político-Pedagógico deve expressar uma lógica entre diagnosticar as fragilidades e necessidades, buscar proposições e fundamentá-las. Isto significa que todas as ações previstas no plano de ação devem ser o resultado do que foi levantado na prática pedagógica. Esta prática, por sua vez, pode ser analisada a partir dos próprios eixos da organização do trabalho pedagógico, quais sejam: gestão, currículo, planejamento, processo de ensino e aprendizagem e avaliação. Todos os demais elementos da prática pedagógica advêm destes eixos.

A fundamentação teórica apresentada aqui expressa o próprio diagnóstico da representação dos professores e dos profissionais da ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HELENA HATSUE KAKITANI sobre a função da escola e o valor da formação por ela ofertada. Destaca-se, ainda, que este documento foi construído a partir dos eventos que contaram com a participação dos professores. Metodologicamente o processo de construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, em seus referenciais, partiu dos fundamentos conceituais já previstos nos documentos precedentes, onde foi sua última atualização.

O processo de reavaliação e retomada do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani, nesse momento procurou-se reformulá-lo e

atualizado reajustando ao tempo, normas e dados específicos e científicos do ano vigente . O presente documento, portanto, sistematiza e fundamenta as discussões e propostas de toda a comunidade escolar e apresenta uma concepção de escola pública que toma a relação educação e trabalho para fundamentar o ensino-aprendizagem, o currículo, o conhecimento, a avaliação e a gestão.

Desta forma, o mesmo foi elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani - Ensino Fundamental embasa seus trabalhos de forma a garantir a dignidade, os direitos, o desenvolvimento e a constituição identitária do ser humano. Localizada na Avenida Engenheiro Francisco Beltrão, 1005, a história da referida instituição inicia-se no ano de 2002, quando o Prefeito Reinaldo Gomes Ribeiro criou-a com o intento de atender a comunidade dos bairros Vila Ipê, Conjunto José Pires de Godoi, Conjunto Canadá, Vila Bom Pastor, Jardim Santa Luzia, Jardim Zanoni e imediações, conforme a autorização expedida pela resolução nº 2705/2002, por meio de Termos de Convênio de Parceria Educacional entre a Secretaria de Estado de Educação e o município de Ibiporã.

O Decreto municipal nº 68 de abril de 2002, formalizou a criação da instituição. A autorização de funcionamento do Ensino Fundamental deu-se pela resolução nº 27/07, do C.M.E e a autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos através da resolução nº 003/08 C.M.E.

A administração municipal em homenagem a Senhora Helena Hatsue Kakitani, secretária do Colégio Estadual Unidade Pólo, nomeou a Instituição de Ensino, com o nome da referida professora.

Em face da municipalização de 1ª a 4ª série do Colégio Estadual Unidade Pólo, com o decreto, dá-se o início do funcionamento da Escola Municipal Prof.^a Helena Hatsue Kakitani – Ensino Fundamental, sendo indicada para assumir a Direção do Estabelecimento de Ensino, a Senhora Leonir Aparecida Pedro.

A Senhora Leonir Aparecida Pedro ficou na função de direção, em 2002 e 2003, indicada pela administração municipal; de 2004 e 2005 (primeira gestão eleita), e de 2006 a 2008 (segunda gestão eleita).

A Senhora Luciana Aparecida Craici, exerce a função de direção do Estabelecimento de Ensino de 2009 a 2011 (primeira gestão eleita) e de 2012 a 2014 (segunda gestão eleita).

A Escola Municipal Prof.^a Helena Hatsue Kakitani – Ensino Fundamental, funciona em dualidade administrativa com o Colégio Estadual Unidade Pólo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Seu PPP está em conformidade com os ideais da Pedagogia Histórico-cultural, e, neste contexto, o estabelecimento supracitado possui por principais escopos:

- Possibilitar a melhoria da qualidade do ensino, de modo que se permita aos alunos a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (a ciência), bem como aos rudimentos deste saber;
- Ofertar escolarização para jovens e adultos, conforme Instruções Normativas da Secretaria de Educação, assegurando-lhes uma educação de qualidade;
- Fornecer condições para que o aluno compreenda melhor os meios natural e social;
- Fornecer as condições para que o aluno compreenda melhor a leitura, a escrita e os cálculos;
- Oferecer projetos de atendimento ao aluno com dificuldades de aprendizagem;
- Oferecer aos jovens e adultos acesso à cultura geral, ampliando sua participação política, nas relações sociais, com comportamentos éticos.

Há de se alertar, ainda, que o presente projeto político pedagógico reflete a Proposta Pedagógica, encontrando-se de acordo com as Deliberações do Sistema Municipal de Ensino do ano vigente, procurando reger as questões administrativas, pedagógicas e disciplinares de acordo com os postulados de legislações pertinentes.

3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Escola:

Escola Municipal Professora HELENA HATSUE KAKITANI

Endereço: AVENIDA ENGENHEIRO FRANCISCO BELTRÃO Nº 1005

CEP : 86.200-000

Dados telefônicos para contato: (43) 3178-0256

Código INEP: 41377850

Código da instituição no SERE: 384

Município: Ibiporã

Endereço eletrônico: escola.kakitani@ibipora.pr.gov.br

3.1. SÍMBOLOS OFICIAIS

O símbolo oficial da escola está sendo representado com a letra inicial do nome da escola PROFESSORA HELENA HATSUE KAKITANI. Por se tratar de um nome de origem oriental, ficou firmado que as cores que iriam compor a logo da escola seria as cores que representam a da bandeira do Japão, branca e vermelha.



3.2. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

Este Estabelecimento de Ensino funciona em Período parcial, proporcionando aos alunos materiais do currículo Básico Nacional e BNCC, com matérias específicas diariamente, com professores regentes bem como Inglês, arte e educação física ministradas por profissionais formados na área atuante seguindo os seguintes horários:

ENTRADA	13h00
1º INTERVALO	14h45 ÀS 15h00
2º INTERVALO	15h00 às 15h15
SAÍDA	17h00

CÓDIGO DA TURMA	TURMA
4035	Ensino Fundamental I

CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS CURSO MODALIDADE

CURSO	MODALIDADE
4035	EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1.1. CARACTERIZAÇÃO DE CADA SETOR

De acordo com o Regimento da escola, definem-se os setores do organograma da seguinte maneira:

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, e seus dirigentes e/ou conselheiros não são remunerados. Seu objetivo é o de avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola M.P.H.Hatsue Kakitani no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

DIREÇÃO

A Equipe de Direção é o órgão que preside o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico.

A diretoria tem como órgão máximo a Equipe de Direção, composta pela Direção e pela Secretaria . A Direção da escola será exercida pela Diretora, que presidirá o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores, as atividades dos alunos,

as relações com a comunidade escolar e com a vida exterior, velando para que, regularmente, se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente.

A.P.M

A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma das formas de participação da comunidade na administração escolar, ou seja, uma ferramenta de gestão democrática, que foi criada para colaborar com a direção da escola, a APM (associação de pais e mestres) deve ajudar a escola a atingir os objetivos educacionais pretendidos, além de representar e dar luz às demandas da comunidade, pais ou responsáveis de alunos na escola.

A APM ainda é fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores e pode ainda colaborar para a programação de atividades culturais, de lazer e saúde envolvendo toda a comunidade.

EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA

A equipe técnica administrativa é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento de Ensino, com referência aos interesses e documentação dos alunos, bem como é o setor responsável pela conferência, organização, guarda e conservação dos documentos escolares.

EQUIPE PEDAGÓGICA

A equipe pedagógica é composta pela coordenadora, suas funções são de articulação, de formação e de transformação, agindo como mediador entre o currículo e os professores, bem como entre pais de alunos e corpo docente.

EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

A equipe operacional, tem sua função em zelar pelo ambiente e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor, é composta pela cozinheira, auxiliar de cozinha, zeladoras, inspetora de pátio, e atendente de pátio.

EQUIPE DOCENTE

A equipe docente é composta pelos professores, que exercem diversas funções no processo educativo. O professor desempenha uma série de tarefas no meio escolar de extrema importância, esse profissional deve ter diversos tipos de atividades em desenvolvimento para atingir um índice cada vez maior de aprendizado.

Dentre os muitos papéis executado pelo professor, os principais são:

- Despertar nos alunos o interesse e vontade de buscar seus objetivos com seus próprios esforços, o professor deve ser um mero orientador do processo.
- Elaborar atividades que valorizam o potencial de cada aluno e que sejam planejadas e ofereça desafios aos alunos.
- Sempre que possível dialogar com os pais e propor algumas recomendações acerca de como agir com os filhos em casa para que esse tenha um rendimento escolar satisfatório.
- Na medida do possível, realizar uma correção menos punitiva e que valorize aquilo que é feito pelos alunos.

É bom ressaltar que não há uma forma padrão para o exercício da profissão, os que foram citados são basicamente procedimentos escolares que podem ser usados em diversas partes do território brasileiro e que geram resultados em distintos níveis.

ALUNOS

Esta Escola acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais. Todo estudante tem direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade:
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita.

4.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA

4.2.1. OFERTAS DE ENSINO

A escola oferece educação para crianças de 6 a 10 anos de idade, nos seguintes níveis de ensino da Educação fundamental I: 9 anos de duração Idade correspondente no início do ano letivo (sem distorção idade/ano)

- 1º ano 6 anos
- 2º ano 7 anos
- 3º ano 8 anos
- 4º ano 9 anos
- 5º ano 10 anos

Para o ingresso no Ensino Fundamental, os alunos deverão completar 06 anos de idade até 31 de março de 2022 e seguir os critérios da tabela abaixo.

MODALIDADE	IDADE	Nº DE ALUNOS/CRIANÇAS
1º Ano A	6 anos completo(até 31/03)	20alunos
1 º ANO B	6 anos completo(até 31/03)	20 alunos
2º ANO A	7 anos	27 alunos
3º ANO A	8 anos	28 alunos
4º ANO A	9 anos	20 alunos
4º ANO B	9 anos	20 alunos
5º ANO A	10 anos	29 alunos

Este Estabelecimento de Ensino funciona em Período parcial, proporcionando aos alunos materiais do currículo Básico Nacional e BNCC, com matérias específicas diariamente, com professores regentes bem como Inglês, arte e educação física ministradas por profissionais formados na área atuante seguindo os seguintes horários:

4.3. FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Cabe à Secretaria Municipal de Educação, promover no decorrer do ano, conforme resolução vigente de matrículas e transferências, o cadastramento e encaminhamento imediato de crianças com idade de Pré-Escola, para realização da matrícula.

No ato da realização do cadastro, a mãe ou responsável pela criança deverá apresentar a seguinte documentação:

- Cópia da certidão de nascimento da criança;
- Cópia do documento de identidade da mãe ou responsável;
- Cópia da termo legal de guarda ou tutela, no caso do responsável;
- Cópia de comprovante de residência atualizado em nome dos pais ou responsável legal, podendo ser os seguintes:
 - Fatura de água;
 - Fatura de energia elétrica;
 - Fatura de telefone fixo ou móvel;
- Contrato de aluguel da casa ou termo assinado pelo proprietário (com firma reconhecida) em caso de casa cedida;
- Correspondência ou documento expedido por órgãos oficiais das esferas Municipal, Estadual ou Federal:
- Correspondência de instituição bancária pública ou privada, ou ainda de administradora de todos os cartões de crédito;
- Faturas de planos de saúde, tv's a cabo, redes de supermercados, rede de lojas, de gás canalizado ou boleto de condomínios cuja identificação (nome e endereço do titular) esteja impressa na própria fatura ou correspondência;
- Pessoas residentes em área rural, poderão apresentar contrato de locação ou arrendamento da terra, Nota Fiscal do Produtor Rural fornecida pela Prefeitura Municipal ou documento de Assentamento expedido pelo INCRA;
- Cópia da Carteira de Trabalho da mãe ou responsável, quando houver. Caso não haja registro em carteira (relação de trabalho informal), apresentar declaração de trabalho ou serviços prestados assinada pelo empregador ou responsável, de modo a constar seu número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) e/ou carteira de identidade, e endereço do local de trabalho e telefone do empregador; ou apresentar cópia do alvará de autônomo, de localização de atividade econômica ou de microempreendedor individual;
- Cópia da matrícula, escritura pública, contrato de compra e venda ou de financiamento para demonstrar a propriedade ou posse de imóvel;

- Cópia de comprovante de renda da Mãe ou do responsável legal.
- Em caso de aluguel, cópia do contrato de locação do imóvel e, em não havendo, recibos ou notas do pagamento de valores relativos ao aluguel;
- Em caso de moradia gratuita em imóvel de terceiro, declaração do referido proprietário ou possuidor;
- Cópia do cartão do Bolsa Família/Leite;

Caberá a Secretaria Municipal de Educação e às unidades escolares a colaboração e divulgação do período reservado ao referido cadastro.

Incumbirá aos pais, efetuar as matrículas conforme chamamento da Instituição de Ensino, a partir da autorização, enviada via e-mail por meio da Secretaria Municipal de Educação.

A Instituição de Ensino realizará o primeiro contato com os pais ou responsáveis, por meio de telefone, a partir da autorização de matrícula informada pela Secretaria Municipal de Educação. Encontrado os responsáveis, este terão até 3 (três) dias úteis para comparecer com a documentação necessária à Instituição de Ensino para efetivar a matrícula.

Caso o pai ou responsável não seja encontrado o contato ocorrerá por meio de ofício protocolizado, entregue no endereço fornecido pela mãe, pai ou responsável no ato da inscrição em lista de espera. É importante que a Instituição de Ensino formalize via e-mail à SME a dificuldade de contato, descrevendo as tentativas que impossibilitaram à comunicação com os responsáveis.

Ao receber o ofício aludido, o responsável deverá, assinar a documentação com seu nome completo e legível.

Atestado o recebimento, o pai ou responsável terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para o comparecimento na Instituição de Ensino que foi ofertado a vaga para o filho(a).

Constatado, no ato da entrega do ofício, a mudança de endereço do responsável, o responsável pela entrega do ofício fará uma declaração no verso do ofício, justificando o motivo da não entrega, mencionando data, horário e assinando o mesmo.

O Conselho Municipal de Educação anualmente estabelecerá e divulgará os procedimentos para a classificação e reclassificação dos estudantes, observadas as normas legais vigentes.

4.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades pedagógicas, normalmente, são pessoas ou instituições que apóiam as ações de programa de diversas formas, inclusive financeiramente: empresas, pais, familiares e outros os que favorecem a interação entre os estudantes. Ao realizarem exercícios em conjunto, os alunos desenvolvem o sentimento de cooperação e tornam-se mais sociáveis. Além disso, a interação com os colegas só tem a enriquecer o processo de aprendizagem.

Exemplos:

- Programa “Jornada Financeira” - EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA: A educação empreendedora proposta pelo SEBRAE incentiva os alunos a buscarem o autoconhecimento, novas aprendizagens e oportunidades, além do espírito de coletividade e também avaliarem as melhores possibilidades, tanto na vida pessoal como no mercado de trabalho.
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD;
- Programa de responsabilidade social do Sistema FAEP – AGRINHO;
- Prática Educativa de Trânsito - Escola de Trânsito.

4.5. ESPAÇOS FÍSICOS

Espaços Físicos	Quantidade	Funções Pedagógicas
Salas de aula	8	Espaço organizado com lousa, carteiras, cadeiras, armários a maioria com lousas digitais para os alunos (transmissão de conhecimentos e realização de atividades/conhecimento).
Sala dos professores	01	Espaço organizado com mesas e cadeiras. O espaço é utilizado para preparação de aulas e organização dos materiais.

Secretaria	01	Espaço organizado com mesas, armários, cadeiras, computadores, arquivos ativos, utilizado ao atendimento aos pais, documentação escolar e atendimento pedagógico.
Direção / coordenação	02	Espaço organizado com mesa, armários, cadeiras. Utilizado para reuniões, atendimento individual aos pais/responsáveis, professores e funcionários e alunos.
Patio	2	Espaço para utilização comunitário com cobertura e bancos.
Biblioteca	01	Espaço organizado com bancadas (prateleiras) cadeiras. Pesquisa em livros e contação de histórias.
Quadra Poliesportiva	02	Espaço coberto e iluminado. Servido como local de recreação, interação e atividades físicas.
Cozinha	01	Espaço organizado com armários, geladeira, freezer, congeladores, forno elétrico para preparação de alimentos.
Refeitório	01	Espaço organizado com mesas e bancos para alimentação dos alunos;
Depósito de mantimentos	01	Espaço organizado com armários para armazenamento e conservação dos alimentos.
Sala de arquivo	01	Espaço organizado com armários para organização de materiais e arquivo da secretaria.
Depósito de material de Educação Física	01	Espaço organizado com armários para organização de materiais de Educação Física.

Banheiros para alunos Femininos	01	Necessidades fisiológicas.
Banheiros para alunos Masculinos	01	Necessidades fisiológicas.
Banheiros adaptados	01	Necessidades fisiológicas de cadeirantes.
Banheiro para Funcionários: Feminino e masculino	02	Necessidades fisiológicas.
Lavanderia	01	Espaço organizado com bancada, máquina e armários para lavagem e higienização dos utensílios.

4.6. REGIMENTO INTERNO

Esta unidade escolar está organizada para atender às necessidades socioeducacionais e de aprendizagem dos estudantes em prédio e salas com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequado às diferentes faixas etárias e etapas de ensino. Esta escola funcionará em período parcial vespertino das 13h00 às 17h00.

Nesta Escola o currículo será executado conforme as normas estabelecidas na Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Referenciais Teórico do Paraná.

Esta Escola acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais.

Todo estudante desta escola tem direito a:

- Acesso à educação gratuita e de qualidade:
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.

- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Receber Parecer e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;
- Ser notificado, com a devida antecedência, sobre a possibilidade de ser encaminhado para programa de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;
- Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.
- Liberdade individual e de expressão:
- Organizar, promover e participação dos alunos no ambiente escolar;
- Decidir sobre as vestimentas pessoais que portará, assim como sobre distintivos ou adereços de uso estritamente pessoal, exceto nos casos em que sua apresentação represente perigo a si ou aos demais, ou quando divulgar ideias racistas, preconceituosas, difamatórias, obscenas ou cuja circulação perturbe o ambiente escolar;
- Ter assegurados o ingresso e a posse de materiais de uso pessoal na escola, exceto nos casos em que representem perigo para si ou para os outros, ou que perturbem o ambiente escolar.
- Tratamento justo e cordial:
- Todo estudante desta escola será tratado de forma justa e cordial por todos os integrantes da comunidade escolar.

Todo estudante desta unidade escolar tem os seguintes deveres e responsabilidades:

- Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando os esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;

- Estar preparado para as aulas e manter adequadamente livros e demais materiais escolares de uso pessoal ou comum coletivo;
- Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;
- Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;
- Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;
- Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;
- Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;
- Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;
- Reunir-se sempre de maneira pacífica e respeitando a decisão dos alunos que não desejem participar da reunião;
- Ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;
- Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

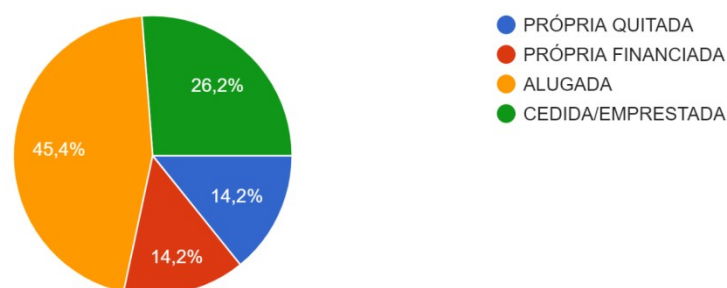
5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR

De acordo com os dados analisados, percebe-se que a comunidade abrange vários aspectos sócios econômicos referentes às rendas per capita. Verifica-se que a

grande maioria das famílias não possuem casa própria e muitas delas vivem com rendas de serviços autônomos. As maiorias das famílias são beneficiadas com auxílio governamental AUXILIO BRASIL e poucas famílias têm acesso a internet. Reiteramos que a maioria desta comunidade tem como renda bruta de 1 a 3 salários mínimos.

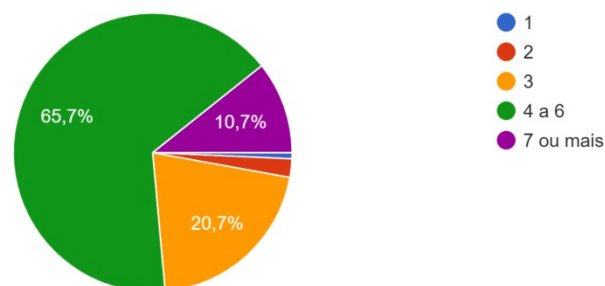
01 - A RESIDÊNCIA EM QUE O ALUNO MORA É:

141 respostas



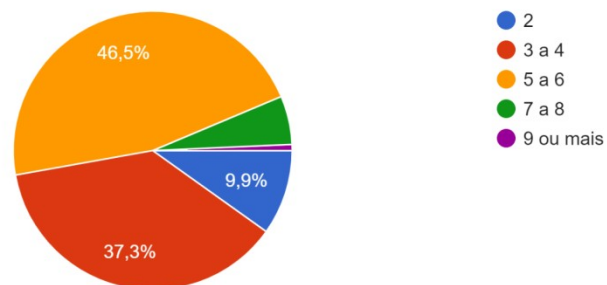
02 - QUANTOS CÔMODOS POSSUEM A RESIDÊNCIA ONDE O ALUNO MORA? SOMANDO QUARTOS, ESCRITÓRIOS, SALAS DE TV OU ESTAR, SALAS DE JANTAR E COZINHAS.

140 respostas



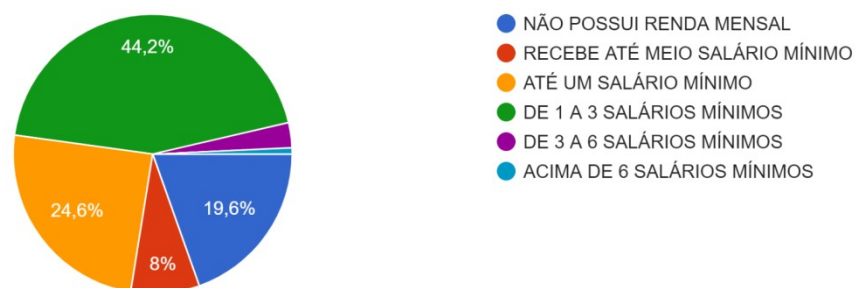
03 - QUANTAS PESSOAS VIVEM NA RESIDÊNCIA ONDE O ALUNO MORA? INCLUINDO FILHOS, IRMÃOS, PARENTES, AMASIADOS E AMIGOS.

142 respostas



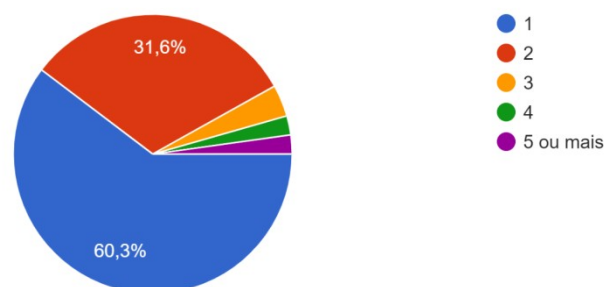
05 - QUAL A RENDA MENSAL DA FAMÍLIA DO ALUNO? (Salário mínimo R\$ 1.110,00)

138 respostas



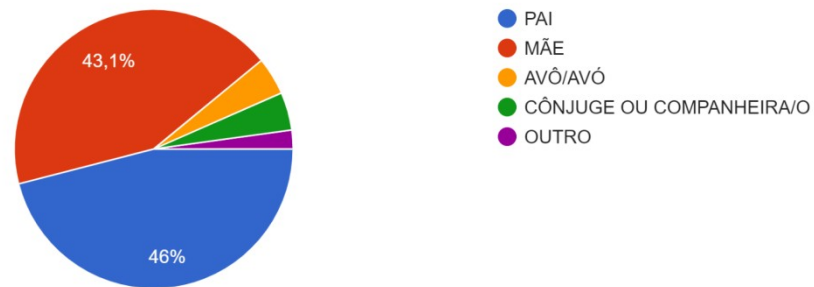
06 - QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA A OBTENÇÃO DESSA RENDA FAMILIAR?

136 respostas



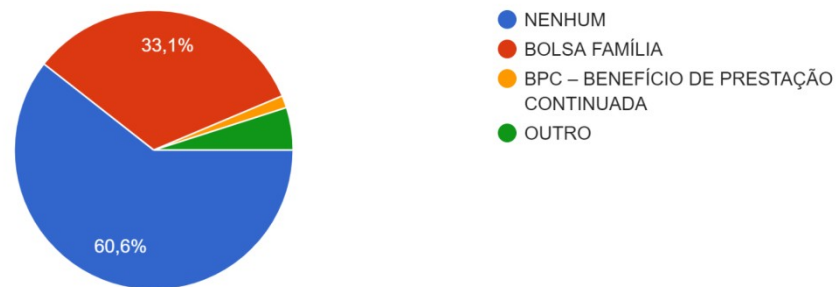
07 - QUEM É A PESSOA QUE MAIS CONTRIBUI COM A RENDA FAMILIAR?

137 respostas



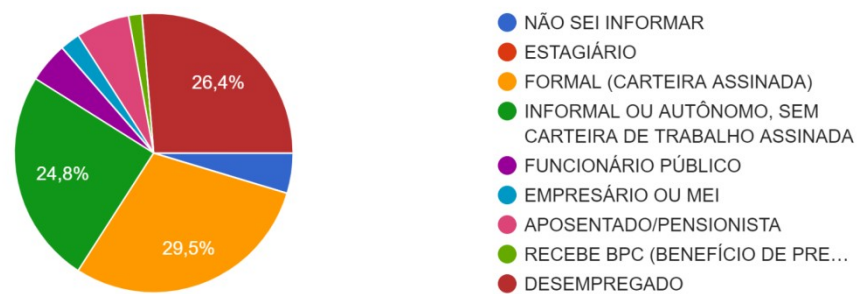
08 - O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO ALUNO RECEBE ALGUM BENEFÍCIO ASSISTENCIAL?

142 respostas



09 - QUAL A SITUAÇÃO DE TRABALHO DO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO ALUNO?

129 respostas



6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de adequação e elaboração da proposta política pedagógica (PPP) das instituições municipais da rede de educação de Ibiporã, o presente documento tem o objetivo de elucidar os rumos que a educação municipal buscou trilhar para minimizar o contexto pós-pandêmico do presente momento e iniciar uma retomada educacional prezando pela qualidade e aplicabilidade dos conteúdos alinhados à BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná.

ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

A proposta política pedagógica municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p.7).

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, 2019, “O caráter normativo da BNCC torna obrigatória a elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comum para todo país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.”

A fim de colaborar para a elaboração do PPP municipal, destacamos aqui a contribuição da teoria Histórico-Cultural, mas deve-se salientar que caberá a cada instituição agregar mais citações para o documento caso necessário.

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, buscando uma educação com equidade a todos.

É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:

Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).

No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento da teoria citada em seus diferentes aspectos:

Quadro 1 – Teoria Histórico-Cultural

TEORIA	Teoria Histórico-Cultural
OBJETIVOS	Possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz destas teorias, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos
PRECURSORES	Lev Semenovitch Vigotski, a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e, ainda, a respectiva Didática dessa pedagogia desenvolvida por João Luiz Gasparin.
PAPEL DO PROFESSOR	O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando os avanços que não ocorreriam espontaneamente. [...] A intervenção do professor é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo
RELEVÂNCIA	- A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. - Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento da criança: o primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real e o segundo, de zona de desenvolvimento proximal. → Nível de desenvolvimento real: é o nível de desenvolvimento da criança onde suas funções mentais já se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados; → Zona de desenvolvimento proximal ou potencial: é o nível de desenvolvimento da criança determinado através da capacidade de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os colegas mais capazes. - A aprendizagem é o motor do desenvolvimento.

6.1 CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

6.1.1 – CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Conforme Saviani, “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. ” (P. 16). Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de “seleção do conhecimento” a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta. A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir “prioridades” (distinguir o que é principal do que é que secundário), o que é ditado “[...] pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem”

A concepção de currículo escolar centrado no conhecimento privilegia a apropriação do patrimônio científico cultural acumulado em lugar do avanço em direção a novas descobertas e fronteiras científicas. Sua didática é frontal, expositiva e fácil de observar e de aprender, motivo pelo qual ainda predomina em muitas salas de aula. Ao longo da história, o currículo centrado no conhecimento garantiu que o legado das várias gerações fosse assimilado, preservado e transferido para uma nova geração.

Considera-se que currículo é tudo que uma sociedade acredita ser necessário que os alunos aprendam ao longo de sua trajetória escolar onde o educando é ensinado a pensar e expressar seu pensamento.

O currículo é entendido como fonte de saber fixo, universal e inquestionável e a escola como lugar de assimilar esse conhecimento de acordo com algumas regras, das quais se faz referência a um conhecimento e desenvolvimento da cidadania como um todo, no Município de Ibiporã temos como base a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná.

6.1.2 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para LIBÂNEO, 2007 “a utilização do termo gestão escolar quando se associa à escola, e trabalha com a concepção sociocrítica de gestão escolar”. Nessa concepção, a gestão escolar também é determinada como um sistema que agrega pessoas, “considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem

entre si e com o contexto sócio- político, nas formas democráticas de tomada de decisões” (LIBÂNEO, 2007, p. 324).

Compreende-se que o processo de tomada de decisões dá-se coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discussão e deliberação conjunta. Assim, o gestor escolar, na dimensão política, exerce o princípio da autonomia, que requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. Gestão é então a atividade pela qual se mobilizam meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização e envolve aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

A comunidade escolar, ou seja, professores, alunos, pais, direção e equipe pedagógica, são considerados como sujeitos ativos de todo o processo de gestão, de forma que a participação de cada um implica em clareza e conhecimento do seu papel, em relação ao papel dos demais, como co-responsáveis. Além da participação, a autonomia constitui-se um princípio básico da gestão democrática. Para que os membros da comunidade escolar possam ser considerados sujeitos ativos desse processo é necessário refletirmos sobre a forma de organização do trabalho escolar e as relações de poder neste espaço.

Entender os limites e as possibilidades de mudanças exige conhecer o sistema, as políticas educacionais e a realidade escolar no seu contexto concreto. Portanto, existem ações possíveis à escola no sentido de uma gestão participativa, bem como, ações que não dependem da escola, estão atreladas ao sistema e exigem mudanças legais.

Assim, a gestão democrática retrata a participação e o envolvimento da comunidade escolar e de uma visão de gestão voltada para o saber ouvir, observar, analisar, compreender, dialogar, reformular e possibilitar as mais diversas mudanças para a obtenção de resultados condizentes com as necessidades da escola.

6.2. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas, assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. Conceber trabalho como princípio educativo significa, portanto, que se aprende especialmente em atividade. Trabalho é a atividade intencionalmente humana destinada a um fim.

O processo de ensinar e aprender são trabalho pedagógico que põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. O trabalho é a categoria central de análise na compreensão das relações sociais. É a forma, por meio da qual, o

homem produz suas condições de existência, sua história e o mundo humano. Na mesma perspectiva, educação é, também, entendida como atividade humana e histórica, construída na prática social.

O trabalho consiste, então, no eixo para a compreensão das relações sociais e práticas educativas por meio da qual se concebe a formação humana em sua integralidade. A respeito das formas de produção essencialmente humanas, é preciso considerar que, ao passo em que o homem age sobre a natureza, através do trabalho, cria significados e significantes, cria simbologias, desenvolve a linguagem, socializa-se, desenvolve a memória e a capacidade de abstração, bem como transmite valores, crenças e ideais. Nessa perspectiva, a partir das relações humanas estabelecidas em torno do trabalho, o homem desenvolve a cultura, reproduzida, reconstruída e representada por meio das gerações.

Portanto, na medida em que ele age sobre a natureza, modificando-a e adaptando-a às suas necessidades de sobrevivência, ele se educa, assim como educa suas próximas gerações, em um processo mediado pelas relações sociais e históricas. O trabalho tem, portanto, segundo Lukács (1976-81), uma dimensão ontológica, ou seja, em sua natureza, expressa uma condição essencialmente humana. Essa ação não é espontânea, tampouco neutra ou tomada ao acaso; ela é pensada, transformada, recriada e recontada a partir da memória histórica do que nossos antepassados criaram. Isso expressa a intencionalidade da ação humana, sobre a qual se estende o ato de educar a partir dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Quando analisamos que o homem no seu processo de humanização e desenvolvimento lançou-se sobre a natureza usando braços, pernas e cabeça não de forma fragmentada e sim integrada, estamos pressupondo que o processo pedagógico concebe a educação integral; portanto não há uma fragmentação ou hierarquização entre corpo e mente. O que devemos saber é que a mente é um construto que vem sendo desenvolvido por filósofos há séculos e surgiu da dicotomia entre o corpo e a alma. Ela auxilia o jovem a perceber, compreender e interpretar o mundo que está a sua volta, afim de que adaptações ou modificações sejam feitas em caso de necessidades.

Contudo, as relações de trabalho definidas na história da civilização não foram apenas humanizadoras. O feudalismo, o escravagismo, o capitalismo configuraram, de formas diferentes, as relações de domínio e dominação, de opressão e de escravização, de controle, hierarquia e dualização social. Relações estas que configuram uma história contada de forma hegemônica pela versão branca, europeia e machista; marcada pelas representações do colonizador, da qual decorre o preconceito e a exclusão social.

Em determinado momento histórico as relações de trabalho, no contexto do capitalismo em ascensão, consubstanciado pelo Taylorismo, dualizou e mecanizou o próprio trabalhador. Com o objetivo de democratizar o acesso aos bens produzidos pelo capitalismo, a produção passou a ser em massa, padronizada, repetitiva e mecânica, dividindo o trabalhador entre corpo e mente e alienando-o da condição de pensar. No modo de produção capitalista, o trabalhador é colocado em situações exploratórias e expropriadoras da condição humana.

A separação entre o produto e o processo, entre quem pensa e quem faz, entre quem é o dono do modo de produção e quem domina apenas a força de trabalho, entre o controle do tempo, dos processos e da produtividade, em detrimento da condição humana, caracteriza algumas das relações duais do sistema capitalista. Nessa perspectiva, o trabalhador fica à margem do processo, não domina todas as relações do trabalho, não apreende a totalidade da produção e, tampouco, pode usufruir dos bens que ele mesmo produziu. Logo, nessa visão, o trabalhador torna-se incapaz de educar-se pelo trabalho.

Portanto, embora, do ponto de partida, o trabalho seja humanizador, no modo de produção capitalista acaba se configurando enquanto trabalho alienador: o bem produzido pelo trabalhador não pertence a ele; ou seja, o trabalhador não usufrui o bem, tampouco, esse bem é pensado por ele.

Trabalho e Educação são temas que apesar de não poderem ser dissociados, a relação entre eles é bastante complexa, o mundo do trabalho em uma sociedade capitalista acaba por esperar da escola uma formação meramente técnica que não possibilite a reflexão do trabalhador bem como também a análise da sua realidade. O trabalho na sua forma natural não se dá de forma mecânica, mas sim de forma processual onde o homem além de executar uma tarefa, consegue acumular conhecimentos e também produzir meios para a sua própria vida.

Discutir o trabalho como princípio educativo não é algo que se esgote, pois as questões que se referem ao trabalho são históricas. Desde a forma de trabalho regida pela escravidão até a atualidade foram muitas conquistas, porém ainda hoje encontramos relações de trabalho no estilo escravocrata. No sistema capitalista onde o lucro vale mais que o ser humano, os trabalhadores têm sua força de trabalho explorada demasiadamente, porém este mesmo capitalismo que oprime se encontra de certa forma em crise e acaba por abrir espaços de organização coletiva que busca a superação da exploração, ou seja, projetam uma sociedade de fato socialista. O trabalho como princípio educativo mostra

durante toda a formação básica o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva.

Permite a compreensão do processo de trabalho moderno pelos alunos, contribuindo para a formação integral e emancipação destes alunos. Este estudo nos possibilita compreender a educação como mediação fundamental para que se construa uma nova sociedade, uma sociedade baseada nos direitos do cidadão, mas para isso a educação oferecida precisa ser transparente, aberta, crítica e baseada nos princípios de uma real democracia.

6.3 O PAPEL DA ESCOLA E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

Vale ressaltar que a concepção de escola como espaço para o aprendizado dos estudantes foi também muito bem sistematizada pelos profissionais da educação da escola, os quais participaram das discussões sobre o PPP. Em outros termos, em reunião própria, os agentes educacionais destacam o compromisso do estabelecimento de ensino com a formação integral do aluno. Esta formação perpassa por:

1. Posicionamento ético para o desenvolvimento intelectual.
2. Transmitir o conhecimento sistematizado de modo a, através dele, vislumbrar o compromisso de preparar o indivíduo para a vida em sociedade bem como atuar nela de forma autônoma exercendo a cidadania.
3. Ampliar a visão de mundo e suas possibilidades para o educando, promovendo uma consciência crítica e sempre em renovação com uma postura proativa na sociedade em que este se insere.
4. Formação do cidadão que possibilita a interpretação, o domínio e métodos do conhecimento humano
5. Autonomia intelectual.

Nesta perspectiva, segundo análise em questão, o papel da escola é formar cidadãos com compromisso ético e desenvolvimento intelectual. No entanto, segundo o grupo, muitas vezes vê-se secundarizado este papel. Isso ocorre, segundo análise, por dois motivos importantes:

- 1 - a escola, muitas vezes, está mais preocupada em defender-se de possíveis acusações do que efetivamente cumprir suas atribuições.

2 - em outra perspectiva, a escola hoje assumiu a responsabilidade que, em outros tempos era obrigação dos pais.

A educação escolar é concebida como lugar de formação do cidadão, através do qual o respeito entre todos os segmentos passa a ser um dos principais condicionantes para que se cumpra esta função. É nesta mesma compreensão que se contextualizam algumas preocupações expressas pelos professores quando estes analisam a função social da escola pública e, neste âmbito, as ressalvas dos limites percebidos para o desempenho desta função e o papel do professor. Algumas análises realizadas neste contexto destacam a necessidade de se “estabelecer limites nos estudantes (disciplina) e desenvolver responsabilidades - valores, os quais estão sendo extintos na atual sociedade”.

Concebe-se que é um direito do aluno ter acesso ao conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores e funcionários que cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica.

Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola. Cabe aos professores da escola, ante a esta compreensão, reconhecerem-se como os profissionais que dominam, não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta de ensinar bem e a todos. O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido.

Essa concepção explicita a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua valorização por parte dos seus alunos. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem com o aluno, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino (realidade) que trabalha. Isto pressupõe a necessidade de:

- Destacar o papel de todos, da gestão, dos professores para garantir esta aprendizagem.
- Papel de todos e em especial da equipe pedagógica (interferindo) ante as relações corporativas e por consequência conservadoras que condicionam a função da escola no ato de ensinar e aprender.

- O quanto é necessário aprofundar os fundamentos da psicologia, da biologia e da neurologia que contribuam para conceber as especificidades da faixa etária e como ela se manifesta nas relações (professor – aluno, ensino – aprendizagem). No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no âmbito escolar, vale destacar, segundo a contextualização dos seus docentes, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina e implica, portanto, em postura e visão de mundo.

O acesso ao conhecimento amplia o repertório do aluno, possibilitando sua ação enquanto cidadão frente às contradições e problemáticas sociais. Quando o aluno se apropria do conhecimento científico adquirido pelos conteúdos, espera-se que ele seja melhor cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa participando de decisões. Deste modo, teria ele condições de criticar e colaborar na elaboração de medidas e leis para o bem de sua comunidade, usando o saber desenvolvido na escola para engajar-se com responsabilidade nas demandas sociais.

6.3.1 A ESTRUTURA DISCIPLINAR E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Quando se propõe uma estrutura curricular organizada em conhecimentos disciplinares é preciso refletir sobre a efetividade desse currículo de forma contextualizada. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. Nesta perspectiva prevalece no currículo a dimensão explícita e não-implícita - há um planejamento de conteúdos, o qual é seguido em função da intencionalidade proposta e pensada no projeto pedagógico, contudo em algumas disciplinas prevalece a dimensão não explícita, em especial na área de humanas. Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estão articulados naturalmente, na medida em que o professor esteja aberto a esse movimento de totalidade para uma efetiva promoção do conhecimento. Para uma compreensão totalizante do currículo, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares, da estrutura hierarquizada na qual as escolas estão inseridas. É necessário reforçar ações tais como:

- Trabalho mais coletivo e democrático e não democratismo;
- Relações mais horizontais e de responsabilidade coletiva;
- Coordenadores como articuladores e mediadores do trabalho docente, e não apenas um mero transmissor das decisões tomadas em instâncias superiores.

A fragmentação se expressa na grade curricular. Nela os conhecimentos escolares encontram-se fragmentados e engavetados. Isto se expressa na ausência de uma prática permanente de diálogo entre os professores regentes e de projetos. Na compreensão dos professores e profissionais da educação é necessário que todos discutam profundamente ações e práticas escolares, a fim de que se tenha maior aprofundamento teórico e compreensão da Proposta Pedagógica. Um currículo (inter) disciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade de reflexão de alunos e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação, por outro lado excludente tal capacidade contribuirá para a participação plena do aluno na vida intelectual, política, social e econômica de sua comunidade. Concebe-se assim que a mediação teórico-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade e também sobre as diferentes concepções e relações que se complementam para atingir a totalidade. Na realidade quando nos referimos a conhecimentos disciplinares devemos refletir sobre o momento oportuno de sua aplicabilidade de forma contextualizada.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina. A fragmentação do currículo nada mais expressa que a própria fragmentação social, econômica e histórica.

6.4 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO

Conceber uma escola inclusiva pressupõe entender o próprio projeto pedagógico de uma escola que se proponha emancipadora. Isto, sobretudo, passa pelo currículo concebido em sua dimensão política. Segundo o grupo “a escola em si, a comunidade e, mais que isso a mentalidade vigente culturalmente; podem colaborar de maneira crítica para reequacionar as culturas que convivem socialmente, buscando o respeito às identidades diversas na escola”. Entendendo que os sujeitos da escola são: agentes educacionais, alunos, comunidade, professores, equipe pedagógica e diretiva, é necessário repensar o currículo e a construção do conhecimento, bem como a análise de valores, conceitos e métodos.

Perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, pressupõe conceber os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e etnias. Valorizá-los não pode, de forma alguma, confundir a escola com espaço clínico ou terapêutico, pelo qual se prima pela subjetivação dos processos. O processo inclusivo é objetivo na medida em que se concebe o aluno como sujeito que, em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, então, mediado pela socialização e reconhecimento de tais diferenças com respeito pela singularidade do gênero humano.

A análise realizada pelos professores da escola considera que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e for incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

O currículo é uma seleção intencional e planejada de conteúdos que, fundamentado por uma concepção de mundo, se expressa no plano de trabalho docente, pelo qual se concebe o processo de ensinar e aprender. No entanto, o currículo é bem mais que um conjunto de disciplinas a serem organizadas e ofertada no tempo e espaço escolar, ele expressa a própria concepção de escola, a qual, por sua vez, expressa uma visão de sociedade e de mundo. A partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas, sobretudo, concebe que esta história é

construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, estudantes a cada dia, em suas diferentes identidades de gênero, de credo, de raça e cor. Nós construímos a cada dia esta história e esta escola. Entende-se que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que se constituem como protagonistas da história. Não somente a teoria legitima esta concepção de escola, de sujeito e de currículo, mas ela é materializada no interior da Instituição escolar.

No seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas. O preconceito expressa uma dimensão perniciosamente ideológica de uma sociedade hegemônica marcada pelo bem e pelo mal, pelo certo e pelo errado, pelo direito e pelo esquerdo, pelo branco e pelo negro, pelo rico e pelo pobre, uma sociedade marcadamente desigual que dualiza e dicotomiza todas as tendências sociais que reproduzem o caos e, por sua vez, promovem a inconsciência sobre si e sobre a sociedade.

Quando se trata de olhar para a complexidade das relações sociais e culturais no âmbito do conhecimento escolar e do papel da escola estamos indicando para uma concepção muito mais ampla que o conteúdo de ensino. De outro modo, vale dizer que, quando o professor trabalha com o conteúdo é preciso ter em mente que ele expressa um recorte de uma totalidade. Ao ser contextualizado para o estudante necessariamente o próprio professor busca relações que suscitem conhecimentos de outras disciplinas como a condição de compreender o conteúdo em sua totalidade.

Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. A este respeito há uma compreensão comum aos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero e raça. É na totalidade, na condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “Desafios Educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade.

Portanto, eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o. Estas demandas, portanto, devem ser abordadas como visão de mundo, como concepção para além da visão burguesa, racista, machista, preconceituosa, dicotômica e hegemônica. Contudo, nada adianta incluir arbitrariamente os chamados desafios educacionais no currículo se isto não passar de encaminhamentos que se diluem entre o dito, os pretendidos e o feito. Ocorre que a forma de abordagem do tema, não pode expressar o senso comum. Deve ser tomada na complexidade das relações com o conhecimento.

A democratização do acesso ao conhecimento e enfrentamento às situações de ignorância, teoricamente, levam ao enfrentamento (do que é inerente à ignorância) do preconceito. Isto significa também que qualquer relação artificial com o currículo, fundada no senso comum e no apelo subjetivista sem a devida fundamentação teórica pode incorrer em mais uma forma de Inclusão excludente uma outra forma de discriminação. Isto significa que a formação crítica e a superação do preconceito são duas faces de uma mesma moeda, consubstanciada no acesso ao conhecimento.

6.4.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apenas a integração de uma pessoa numa escola regular, não a inclui realmente, porque isso se faz mediante preenchimento de uma matrícula, de uma vaga na escola. Porém, se o aluno não encontra na escola condições de aprendizado, ele está sendo segregado, não incluído. É que o mundo da escola é muito restrito e daí, luta-se pela inclusão, que é ampla e abrange toda a sociedade. Na verdade, inclusão seria educação de toda a sociedade para aceitar e ver as diferenças como uma oportunidade que se descortina, um novo horizonte de conhecimentos. A luta continua, agora, é pela inclusão de fato, isto por que ainda nos falta um amadurecimento na sociedade e na capacitação dos envolvidos na educação como um todo. Confirma isso GUIMARÃES (2002 P. 11) ao comentar que “A luta do século que se inicia é pelo direito de permanecer na escola, o direito de não ser excluído do processo educacional” ideia que é defendida também pela autora abaixo.

“A inclusão, como os demais movimentos provocados por grupos que historicamente foram excluídos da escola e da cidadania plena, é uma denúncia ao que Hannah Arendt chamou de “abstrata nudez”, pois é inovação incompatível com a abstração das diferenças, para chegar a um sujeito universal. (MANTOAN, 2006.p. 17”)

A LDBEM (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei nº 9394/96 prescreve que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A escola deve ser o sair de casa todos os dias para todos os menores de idade, contudo isso não significa a exclusão do adulto, mas sim, sua livre vontade para escolha. A inclusão visa transformar a sociedade, a passos lentos, porém não impossível.

“A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes á diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo”. (FIGUEIREDO, 2010.p.38)

Na inclusão todos aprendem conviver com o diferente, o professor amplia seu conhecimento e se força inovar sua metodologia. Nas salas de aula há trocas, cooperativismo, coleguismo. O direito a educação escolar não pode ser negado e é uma forma de ajudar a todos a lutar em por sua liberdade.

A Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani juntamente com a Secretaria Municipal de Educação oferece aos alunos de Educação Especial sala apropriada para essa modalidade, aos alunos com síndromes laudadas são auxiliados por monitores, alunos com dificuldade de aprendizagem são atendidos em salas multifuncionais.

Representa um avanço visto que nem todos os professores foram capacitados a esse trabalho. Por exclusão educacional entende-se qualquer pessoa que por desventura não frequenta uma escola, mas a maior exclusão de fato encontra-se no momento em se vê um aluno na escola com dificuldades de aprendizagem e nada é feito para que este saia dessa condição. Faz-se então necessário um trabalho que englobe fundo monetário de participação (essa é a parte do governo), o grande desejo de a escola refazer sempre seu projeto pedagógico de modo a poder flexibilizar o ensino e uma proposta que valorize o deficiente na sociedade.

“Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificadamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, adequação arquitetônica dos prédios escolares e organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações.” (GLAT, 2007.P.38)

A educação é o caminho básico para uma vida em sociedade. A educação transmite a cultura e ao mesmo tempo amplia os horizontes e faz o jovem sonhar com a vida a qual participa, tem sua independência, tem conhecimento da sociedade e que vive e do mundo que o rodeia. Pra GUIMARÃES (2002.p.12) “educação pública não deve ter sua destinação determinada pelas necessidades do mercado.” E, por falar em mercado, o deficiente também tem conhecimento de suas limitações, mas pela educação sabe que pode superar muita delas. COOL (et al., 2004) é também uma das referências a nos informar que a educação especial passou por profundas transformações durante o século XX. O mundo da educação ampliou seu modo de pensar vendo a ideia de que todos somos iguais perante a lei. Essa é a base que permitiu os movimentos sociais irem mais longe exigindo escola para todos os deficientes. Contudo essa exigência não pode partir do apenas “nós queremos, nós exigimos”. A educação como um todo passou por uma intensa reflexão tanto no estudo de cada tipo de deficiência, como também ajuda na análise de como as escolas podem ajudar na inclusão dessas crianças ou adultos no mundo escolar e na vida em sociedade. Esse mesmo autor nos ensina que durante a primeira metade do século XX, acreditava-se que as deficiências eram puramente orgânicas, e isso os trouxe-nos duas consequências, uma é a necessidade de um diagnóstico preciso do transtorno, e a outra é a certeza de que tais alunos deveriam estar numa escola especial.

Acreditava-se que basta apenas inserir um aluno numa escola especial e o problema da inclusão estaria sendo resolvido. Sendo esse um pensamento equivocado lembrando que isso se chama “integração” e não inclusão. MARCHESI (2004, p. 24) informa haver três tipos de integração assim sintetizados:

1. A integração física ocorre quando há classes de educação especial na escola regular, mas os alunos continuam de alguma forma, separados da escola embora possam compartilhar algumas dependências da mesma, como o pátio ou o refeitório.
2. A integração social ocorre na mesma forma que a integração física, porém, o que une os alunos regulares aos especiais são os jogos e as outras atividades extraescolares.
3. A integração funcional ocorre quando alunos especiais participam da dinâmica da escola e estudam nas classes comuns.

Contudo, isso ainda não é inclusão e esta totalmente acontece nos moldes dos seguintes conceitos. A inclusão, portanto, é:

“Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou

para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, a por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.” (SASSAKI, 1997, p. 41)”

SASSAKI (1997) vê que inclusão não é apenas levar a criança ou jovem às escolas, mas que essa participação seja efetivamente da sociedade também. É, acima de tudo, viver com dignidade. Uma pessoa com necessidades especiais de educação também precisa que a sociedade seja educada, pois a vida depende de trocas, entendimento, respeito valores, etc.

Incluir é ensinar e aprender conforme se lê abaixo:

“[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005, p. 44)”

A proposta da escola inclusiva vem, portanto, de uma data nem tão pouco recente um pouco mais de três décadas e, considerando a vastidão do país e seus enormes problemas típicos de um país em desenvolvimento, é natural haver ainda muito que fazer e aprender nessa área tem-se a história de lutas continua.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN 9394/96) ampara todos os brasileiros estabelecendo, no Art. 2º, que a educação é um direito da família na busca de pleno desenvolvimento para tal. Mas essa igualdade de condições nem sempre foi para todos. A educação especial ressent-se de escolas com degraus para subir, (o modelo de estrutura dos prédios é sempre o mesmo, contendo as salas de aula no andar de cima) de falta de professores e equipamentos especiais. Os governos brasileiros sabem que devem cumprir as leis constitucionais, possibilitar também o cumprimento da Declaração de Salamanca, dotando as unidades escolares de recursos que ajudem os alunos a se desenvolverem.

O fator gerador monetário para que as escolas consigam cumprir seu papel na inclusão é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Diretrizes da Educação Nacional) conforme resolução nº4/2009, artigo 8, do CEB (Conselho Nacional de Educação) que contabiliza em dobro as despesas escolares de um aluno com necessidades especiais.

“Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB N°. 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular, público que tiveram matrícula concomitante no AEE.

- a)** O financiamento da matrícula no AEE é condicionando à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada;
- b)** Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- c)** Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- d)** Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- e)** Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2009 apud BRANDÃO, C 2010. p.6)

Essa resolução deixa clara a origem dos recursos monetários para que as escolas façam seu trabalho, e que o aluno especial deva ser matriculado se for preciso, em duas modalidades de recursos para o aprendizado como, por exemplo, classe comum e em centro de Atendimento Educacional, sempre sala comum em primeiro lugar e, daí, caso necessite, outra modalidade especial.

A escola deve ser o lugar no qual toda criança pode crescer com sabedoria. É ela, a escola, que proporciona um encontro com os amiguinhos, lá se faz mais amigos, (briga, também, por que não?); as brigas ajudam a se conhecer e a conhecer as diversidades. A escola deve dar conta de todos os alunos, fazer com que todos tenham vontade de frequentá-la. Os grandes desafios da educação, de acordo com GUIMARÃES, 2002.p.59-51, garantir a escolarização adequada aos alunos, principalmente aqueles que apresentam necessidades especiais, transformar a escola em um espaço democrático. Na parte legal, o desafio tende ser buscar coerência entre discurso e prática. Nas escolas, romper com a dicotomia da integração, que apenas recebe a criança, todavia não a inclui de verdade oferecendo professores de apoio e pedagogos competentes. A orientação em GUIMARÃES (2002), MANTOAN (2006). GLAT (2007) entre outros, é que as escolas devem elaborar um projeto pedagógico que atenda a cada situação diferenciada, que promova a interação entre alunos, família e escola.

Não faz sentido, porém, as escolas seriadas, as provas, as avaliações escritas para todos os alunos visto que, por necessidades especiais entende-se também os cegos, os hiperativos, etc. E os desafios não param, e a escola inclusiva não põe barreiras no caminho de quem tem o direito de estar frequentando e, interagindo com o meio escolar e, sobretudo, aprendendo. Sobre esse assunto, mais uma vez cita-se:

“A escola inclusiva oferece oportunidades de aprendizagem a todos. Não apenas as aprendizagens acadêmicas, mas aquelas que se referem à sensibilidade pela

diversidade humana, à experiência com a riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, aspectos tão significativos na construção de um sujeito. (GUIMARÃES, 2002.p.51).”

A Convenção das Nações Unidas (2006) orienta sobre como deverão ser as escolas inclusivas. Teoricamente, basta que as escolas de ensino regular façam a matrícula da criança deficiente e a subsidie com professores competentes. Porém não é só isso. A escola precisa preparar esse aluno para enfrentar a vida, para se qualificar a fim que possa ser inserido na sociedade, quer dizer, as escolas precisam dar um passo muito grande para a inclusão.

Apesar de estar claro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- o amparo legal aos portadores de qualquer tipo de necessidades especiais, muito avanço ainda está por vir.

A necessidade da inclusão esta na LDBEN e na Declaração de Salamanca e Convenções, não são todas as escolas do Brasil que atendam a esse pedido. É que para cumprir essa Lei as escolas precisam de professores correr.

Em algumas regiões a Secretaria de Educação do Estado propõe um atendimento especial em uma escola polo, provando assim que não são todas as escolas providas de tudo o uma inclusão de verdade precisa para funcionar com a devida qualidade que todos merecem como complementa FIGUEIREDO (2010. p. 34).

“Não basta garantir a acessibilidade, ou seja, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e de aprender. Neste sentido, nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram o sistema público de ensino.”

Transformar a escola é inová-la e buscar informações, concretizar o Projeto Político, é assegurar escola para todos e isso não quer dizer que “as matrículas estão abertas”, e sim dizer que as crianças na escola serão vistas pelas outras como um amigo, e serão aceitas naquela turma. Transformar a escola também é transpor mar a classe em um ambiente acolhedor. A escola precisa ser mais democrática, professores e gestores e equipes diretivas devem trabalhar juntos, compartilhar projetos. (FIGUEIREDO, 2010.p.37) complementa:

“Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todo em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação em situação de aprendizagem”

Um planejamento participativo só dará bons resultados se realmente professores e toda a escola se engajarem. Esse tipo de trabalho visa a dar mais respostas eficazes em se tratando de contribuições que cada pessoa pode apresentar.

Com o objetivo de se organizar perante as exigências da Conferência de Jontien e da Declaração de Salamanca, o Brasil estabelece na Constituição Federal (1988) os artigos 205 (educação direito de todos), artigo 206, Inciso I, (igualdade de condições de acesso e permanência na escola) e no artigo 208, oferta de atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino.(Em 1990 é publicado o ECA (Estatuto de criança e do adolescente), que permeia entre muitas determinações a Lei 8069/90, em que os pais são obrigados a matricular seus filhos com necessidades educacionais). Sempre que haja necessidade, surgem novas leis e/ou Resoluções garantindo o amparo e a permanência de pessoas deficientes nas escolas. Visto ser um tema relativamente novo carecendo de amadurecimento.

Em 1999 surge o Decreto n 3.298 que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Atualmente temos o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina as metas e diretrizes de educação para um período de dez anos (2014/2024). O importante é que esse Plano também é elaborado a nível estadual e municipal, permitindo que todos os envolvidos possam opinar e, nesse sentido, a educação de deficientes pode ganhar mais espaço.

A inclusão, de fato, norteia um Brasil para daqui a mais algumas décadas, visto ser nosso país uma escolha de trocas constantes de políticos governantes que não têm tratado esse tema conforme a abrangência que o problema possui.

Há muito trabalho ainda a ser feito, porém, os primeiros passos já foram dados, contudo muitas barreiras ainda existem:

- Saúde pública: a maioria dos brasileiros depende dela, que anda cada vez mais precária contendo poucos médicos especializados e nenhuma política preferencial.
- Área social: as verbas para essas áreas são as menores e o destino do pouco que chega às cidades tende a ficar estagnado, sem condições de resolver algum bom programa.
- Áreas de lazer, esporte e cultura praticamente não há projetos.
- Educação especial: às vezes, em alguns municípios, a escola especial é só mesmo um passeio para os alunos, pois não há estrutura alguma para funcionar como deve; as escolas comuns também não atendem como deveriam por falta de estrutura pedagógica. A realidade ainda é um desafio e não se deve esperar que milagres

aconteçam, e a única forma de mudar é continuar lutando por uma inclusão em todas as áreas.

Independente de qualquer limitação, a criança deve freqüentar a escola e ter acesso a tudo que disponibilizado regularmente às outras crianças, outro principio dessa educação inclusiva é que toda pessoa é capaz de aprender, e que os princípios básicos do ensino e finalidade da educação são:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, etc.;
- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- Respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Para trabalhar a inclusão em sala de aula devemos:

- Estabelecer critérios de inclusão;
- Desenvolver trabalhos coletivos;
- Determinar estratégias de cooperação;
- Realizar adaptações necessárias;
- Envolver a família;
- Apostar no uso da tecnologia;
- Criar atividades que envolvam todos os estudantes;
- Investir em acessibilidade

6.5. CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A aprendizagem é uma experiência social, a qual é mediada pela interação entre a linguagem e a ação. A interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. A proposta política pedagógica Municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

“Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.” (BRASIL, 2017, p.7).

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, 2019, “O caráter normativo da BNCC torna obrigatória à elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comuns para todo país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.”

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, buscando uma educação com equidade a todos.

É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:

“Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).

O objetivo principal é possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz desta teoria, instigando a leitura, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos.

Sendo assim, o ambiente escolar é um grande colaborador para que o processo de aprendizagem ocorra. Além do professor, todas as pessoas que estão na escola colaboram para que as aprendizagens aconteçam.

6.6. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, a qual orienta a aplicação das Avaliações Diagnósticas, Avaliações Bimestrais, de Recuperação, Avaliações Externas integrantes do Sistema de Avaliação Escolar Municipal, bem como o reforço e recuperação aos alunos rede municipal de Educação de Ibiporã e dá outras providências.

No ambiente educacional desta escola, a avaliação compreende três dimensões básicas:

● AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA;

A avaliação institucional será realizada, por meio de procedimentos internos e externos, objetivando a análise, orientação e correção, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

A avaliação institucional interna desta unidade escolar consiste na aplicação de procedimentos de autoavaliação institucional e envolverá toda a comunidade escolar.

Os objetivos e procedimentos da autoavaliação institucional serão definidos pelo Conselho Escolar Municipal e serão amplamente divulgados entre os integrantes da comunidade escolar.

Da Avaliação Semestral de larga escala do Sistema Integrado – Máxi constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada, nas turmas do Maternal, Pré I e Pré II, obrigatoriamente por todas as Unidades Educacionais que mantêm o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ibiporã.

As questões que comporão a “Avaliação Semestral” serão pautadas nas Diretrizes da BNCC e Referencial Teórico do Paraná, onde atenderão à Matriz de referência para avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental e a seleção das questões serão realizadas de forma colaborativa entre a Equipe Pedagógica da S.M.E e o Sistema de Ensino adotado pela Secretaria de Educação, serão observados os padrões estabelecidos para avaliações.

A Unidade Educacional receberá cadernos de provas, correspondentes a todas as turmas incluídas no sistema de ensino de cada unidade escolar, em conformidade com o disposto no art. 14 desta normativa, havendo a reprodução de cadernos de provas ampliadas para alunos com baixa-visão, prova em Braille, prova adaptada para alunos surdos e em formato em Libras, que serão encaminhados para as Unidades Educacionais que possuam alunos com deficiência (surdez, cegueira, baixa-visão), cadastrados no Sistema de Ensino e confirmados pela S.M.E.

Caberá à S.M.E planejar e orientar as instituições de ensino quanto a execução das atividades de reforço e recuperação escolar, mediante avaliações diagnosticas aplicadas no retorno das aulas e bimestralmente. O sistema integrado de ensino adquirido pela S.M.E. dispõe de avaliação institucional para a gestão municipal, que servirá para acompanhamento dos resultados educacionais do município. Esse Sistema Integrado de Ensino deverá:

Sistematizar informações acerca do ensino oferecido pela rede e que traça o perfil da qualidade desse ensino, identificando as potencialidades e as possíveis fragilidades da gestão escolar em uma série histórica.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional permitindo o acesso on-line aos indicadores, por meio de usuário e senha individuais.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional possibilitando o levantamento de informações referentes ao município, por meio de dados disponíveis em sites oficiais, para composição do perfil da gestão municipal, os quais são atualizados ao menos duas vezes ao ano.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional que apresenta um grupo de indicadores fornecendo subsídios para que o gestor tenha uma visão mais ampla do município com base na análise de questões referentes às características populacionais, sociais e econômicas.

● **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA;**

A avaliação institucional externa será realizada pelos diferentes níveis da Administração, de forma contínua e sistemática e em momentos específicos.

A síntese dos resultados das diferentes avaliações institucionais será consubstanciada em relatórios, a serem apreciados pelo Conselho Escolar Municipal e anexados ao Plano de Gestão Escolar, norteando os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

● **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM;**

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, na qual orienta que institui modelo de Sistema de Avaliação Diagnóstica e do Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ibiporã, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.

7. PROPOSIÇÕES DE AÇÕES – METAS

Diante do diagnóstico apresentado, definiram-se algumas metas com as respectivas ações a serem desenvolvidas no intuito de efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição. Espera-se que as metas e ações descritas, articuladas entre si, promovam a transformação do conjunto, de forma a representar o processo pela efetivação do Projeto Político-Pedagógico que queremos.

- Conscientize os alunos
- Aplique o conteúdo na prática
- Dê feedbacks
- Deixe as aulas mais dinâmicas
- Um olhar constante.

DIMENSÃO	Redução de reprovação	Redução de abandono
FRENTES DE ATUAÇÃO	Alunos faltosos	- Presença dos alunos na escola.
	Defasagem de aprendizado	- Maior rendimento na aprendizagem
OBJETIVO O QUE QUEREMOS ALCANÇAR?	- Presença dos alunos na escola. - Maior rendimento na aprendizagem.	- Participação mais ativo do responsável - Acompanham ento dos alunos
META QUAL RESULTADO ATINGIR?	- Máximo de frequência - Que os alunos alcancem o aprendizado suficiente para avançar de ano/serie.	- Aumentar o vínculo com a família do aluno. - Fortalecer a importância do aluno na escola.
PRAZO EM QUANTO TEMPO?	- Durante o ano letivo. - O necessário para superar as dificuldades	- Toda a vida escolar do estudante.
AÇÕES O QUE FAZER ONDE QUEREMOS?	- Conscientizando os alunos. - Reuniões com os pais, família; - Momentos de leitura. - Contação de histórias. - Reforço Escolar.	- Aumentar o vínculo com a família do aluno. - Fortalecer a importância do aluno na escola.
DETAHMENTOS DAS AÇÕES COMO DESENVOLVER ESSAS AÇÕES?	- Aulas mais atraentes, diversificadas. - Atividades extraclasse	- Oportunidade ao aluno e a família o direito de sugerir algo em prol da melhoria na vida escolar. - Troca de ideias. - Formação do

7.1. ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

7.1.1. CONSCIENTIZE OS ALUNOS

O primeiro passo é mostrar para os alunos a importância das aulas e de todos os conteúdos apresentados diariamente.

7.1.2. APLIQUE O CONTEÚDO NA PRÁTICA

É muito importante que os professores consigam trabalhar com novas estratégias para deixar as aulas mais atraentes e, conseqüentemente, melhorar o desempenho dos alunos fornecendo exemplos práticos para a teoria e contextualizá-los de acordo com a realidade dos estudantes.

Assim faz com que o processo de aprendizagem seja mais dinâmico, permitindo que o aluno crie conexões com tudo que já conhece e facilitando o seu entendimento.

7.1.3. DÊ FEEDBACKS

Fornecer feedbacks para os alunos sobre o que eles estão melhorando é muito interessante e produtivo para que todos se sintam confiantes.

Além disso, é possível aproveitar a oportunidade para corrigir os erros que eles estejam cometendo.

7.1.4. DEIXE AS AULAS MAIS DINÂMICAS

Tornar as aulas mais divertidas, pois mantém os alunos mais interessados e participativos, o que se reflete no desempenho da turma.

Para isso, os professores usam a criatividade e desenvolvem jogos, brincadeiras e gincanas que permitam que os conteúdos sejam trabalhados de forma dinâmica e lúdica explorando os diferentes espaços da escola durante as atividades, como o pátio, a biblioteca o parque. Isso torna a rotina mais leve e o ambiente escolar mais produtivo.

7.1.5. UM OLHAR CONSTANTE

Por meio deste olhar frequentes, os professores conseguem coletar informações para analisar e entender se as estratégias estão funcionando.

Além disso, é possível compreender como podem ajudar cada estudante a superar suas próprias dificuldades e, dessa forma, aumentar o desempenho dos alunos.

7.2. APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR.

Nossa rede de comunicação baseia-se em:

- Agenda, na qual ela vai e volta todos os dias;
- Whatsapp, para recados, privados e de grupos;
- Facebook, para recados da comunidade em geral;
- Mural de avisos interno e externos;
- Reuniões bimestrais com as famílias.
- Instagran

7.3. REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVA.

Podemos reconhecer que a ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes) para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza. Ao redor desses aspectos se desdobra o conjunto das ações educativas a serem desempenhadas pelos sujeitos educadores, entre eles a escola.

Essa concepção permite construir uma hipótese que se constituirá em objeto de análise. Essa hipótese se apresenta sob dupla face: uma positiva, por permitir compreender um processo histórico desde um tempo passado até os dias de hoje; e uma negativa, pois se sustentada do modo como se encontra formulada e ela tem sido inviabiliza ou pelo menos dificulta a construção de uma proposição mais radical sobre os conteúdos

educacionais que devem ser pensados para o futuro. Essa hipótese pode ser anunciada como uma aquisição de conhecimentos e a sua utilização prática na forma de habilidades tornaram-se, ao longo dos últimos dois séculos, nos fins e meios para todas as atividades educacionais nas sociedades modernas e constituem em instrumentos fundamentais a serem possuídos por cada indivíduo na sociedade.

O modo de aquisição e de distribuição desses conhecimentos e habilidades se constituiu em paradigma que organiza todos os processos educativos, e estabelece o grau de responsabilidade para sua implementação por parte do poder público ou da iniciativa privada, nos planos individuais e coletivos, particulares e universais. No interior desse paradigma, as idéias de Educação e de Educação Escolar se fundem e estabelecem limites conceituais sobre os quais se constroem os discursos reflexivos sobre os conteúdos da Educação, bem como sobre os objetivos e os meios das políticas educacionais.

Ao redor dessas relações acredita-se que a Educação é o caminho necessário para a formação do sujeito-cidadão. Por decorrência, a questão da cidadania se torna uma questão a ser considerada com primazia.

Educar não é somente isso. No segundo plano, educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como ser humano. A Educação possibilita a cada indivíduo que adquira a capacidade de auto-conduzir o seu próprio processo formativo.

Educação, entendida como o processo de formação humana, atua sobre os meios para a reprodução da vida e essa é sua dimensão mais visível e prática, bem como coopera para estender a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas, para se reconhecer na percepção do outro, constituir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e outros sujeitos. A Educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, de comunicação e de inter-comunicação, de auto conhecimento, e de conhecimento das necessidades humanas. E propõe-se a prover as formas de superação dessas necessidades, sejam elas materiais ou psíquicas, de superação ou de reconhecimento de limites, de expansão do prazer e outras. Educar requer o preparo eficiente dos educandos para que se capacitem, intelectual e materialmente, para acionar, julgar e usufruir esse complexo de experiências com o mundo da vida. Esta é uma responsabilidade a ser atribuída ao Educador.

Que poderá desenvolver ações como:

1. Respeitar valores essenciais na relação humana, tais como: diversidade, ética, afetividade, seriedade, justiça, coerência, responsabilidade e solidariedade;
2. Incentivar a participação em atividades complementares culturais, esportivas, artísticas e intelectuais;
3. Promover atividades esportivas que visem desenvolver as práticas, que digam respeito as habilidades dos estudantes;
4. Propor trabalhos sociais voluntários;
5. Promover apresentações de peças teatrais para outros alunos estudantes da escola, promovendo a discussão acerca de alguns conceitos relativos a valores;
6. Promover palestras para as famílias e estudantes sobre valores, tópicos de cidadania e convivência humana;
7. Realizar trabalho de orientação pedagógica com as turmas;
8. Reiterar as práticas das relações interpessoais e o convívio em sociedade;
9. Comprometer-se com os princípios democráticos que norteiam a educação, de modo especial com a formação do cidadão e da cidadania;
10. Garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico aprovado em assembleia pela comunidade escolar;
11. Promover a integração do estudante na estrutura física e humana da escola:

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	COMO FAZER
Será indicado um aluno de cada turma, como monitores ambientais, que terão a responsabilidade de zelar junto aos colegas pelo cumprimento das atitudes elencadas juntamente com os alunos.	Professores e funcionários de cada turma	Durante as aulas observar, orientar e avaliar o estado de conservação da sala de aula e do pátio.

<p>Serão confeccionados cartazes ilustrativos e informativos a partir da pesquisa e registros (elaborados pelos alunos) para expor no hall da escola.</p>	<p>Professor, corpo discente e funcionários.</p>	<p>Através de aulas e vídeos informativos.</p>
<p>Dramatização e oficinas de aprendizagens, música também poderá fazer parte do projeto.</p>	<p>Professores, funcionários alunos</p>	<p>Atividades em sala</p>
<p>Algumas sugestões de atividades: reciclar o papel, mutirão de limpeza na escola, construção de brinquedos com materiais recicláveis.</p>	<p>Professores, funcionários alunos</p>	<p>Oficina de artes</p>
<p>Escolha de monitores mirins, responsáveis pelo monitoramento do recreio observando e alertando, para posturas ambientalmente corretas aos outros colegas.</p>	<p>Professores, funcionários e alunos.</p>	<p>Através da observação no horário do recreio</p>
<p>Cuidar das plantas e árvores da escola, (cada dia uma turma irá ficar responsável em aguar e cuidar das plantas).</p>	<p>Professores, funcionários alunos.</p>	<p>Cada dia uma professora irá ficar responsável em levar a sua turma para cuidar e aguar as plantas.</p>
<p>Manter as salas e outras dependências da escola sempre limpas.</p>	<p>Alunos, professores, funcionários.</p>	<p>Monitorando e conscientizando sobre a importância da preservação das dependências da escola</p>
<p>Zelar pelo patrimônio público</p>	<p>Todos os funcionários, alunos e professores</p>	<p>Conscientização</p>

Buscar junto às empresas da região apoio para adquirirmos lixeiras para coleta correta do lixo.	Direção e pedagógico	Através de ofícios
Conhecer as leis municipais sobre o meio ambiente.	Professores, alunos e funcionários.	Através de aulas explicativas e informativas
Montagens de jogos, como bingos, trilhas, etc...	Professores, alunos e funcionários.	Através de oficinas
Palestras sobre o tema ambiental.	Secretaria do Meio ambiente	Solicitação através de e-mail
Concurso literário Meio Ambiente	Professores, funcionários, alunos.	Através do concurso: esenhos, frases e poesias.
Debate com demais funcionários da escola, sobre necessidade de preservação do patrimônio público.	Agentes de serviço, diretor a, Outros.	Bate papo no início da aula.

7.4. ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕE A COMUNIDADE ESCOLAR.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

1. Elaborar novas propostas pedagógicas para melhorar sempre a prática escolar;
2. Garantir o atendimento da direção e equipe pedagógica, quando solicitada, por questões de indisciplina e rendimento dos estudantes;
3. Realizar periodicamente reuniões da direção e coordenação com professores e funcionários;

4. Incentivar a participação dos pais/responsáveis na escola;
5. Realizar reuniões com pais e professores e convocá-los quando se fizer necessário;
6. Decidir em Assembleia Geral as questões que envolvam a comunidade escolar, podendo ocorrer reuniões de pequenos grupos que levarem as estratégias para encaminhamento à apreciação do grande grupo;
7. Convocar pais de estudantes com dificuldades de aprendizagem, excesso de faltas e atrasos;
8. Dar abertura e transparência na comunicação das decisões da direção;
9. Orientar o preenchimento do Livro de Chamada de acordo com a instrução normativa;
10. Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do estudante e da prática docente;
11. Apresentar retorno ao professor e comunicar aos pais quando o professor encaminhar o estudante para o setor da coordenação/direção por indisciplina;
12. Comunicar aos pais através de outros meios, caso os mesmos não comparecerem ao serem convocados como: Secretaria de Educação ou encaminhamento ao Conselho Tutelar (FICA), quando detectada negligência familiar;
13. Rever, sempre que necessário, a organização pedagógica das rotinas da sala de aula, bem como qualificar espaços pedagógicos;
14. Garantir a elaboração do Plano de Trabalho Docente;
15. Atualizar a Proposta Pedagógica da escola, sempre que necessário;
16. Desenvolver o trabalho propiciando o bom atendimento a todos fazendo o melhor uso dos recursos públicos;
17. Orientar as famílias sobre o Regimento Escolar na primeira semana de aula, com retomadas durante o ano letivo;

18. Planejar aulas com metodologia diversificada;
19. Estabelecer normas claras, mantendo a sua permanência, adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente;
20. Criar espaços alternativos ao ar livre, viabilizando práticas pedagógicas e culturais em locais diferentes da sala de aula, e com plano de trabalho docente adequado à situação;
21. Permitir que as experiências de todos os funcionários e educadores sejam compartilhadas para melhor orientação dos estudantes, quanto ao processo ensino aprendizagem;
22. Promover diálogos e ações permanentes quanto a organização e a manutenção da sala de aula;
23. Organizar a metodologia em função do tempo, do conteúdo e de modo que a mesma possibilite uma aprendizagem qualitativa;
24. Cumprir as regras referentes à entrada e saída dos alunos previstas no Regimento Escolar;
25. Registrar a frequência dos alunos no Livro Registro de Classe diariamente;
26. Seguir tabela de horários descritas no regimento escolar.

7.5. QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Realizar atividades voltadas à formação de valores éticos e estéticos e à conservação do patrimônio,
2. Fazer cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros;

3. Manter funcionários responsáveis em cada corredor, garantindo a organização e conservação do espaço escolar;
4. Responsabilizar cada profissional na sua função, pelo seu trabalho;
5. Desenvolver trabalho educativo sobre noções de Patrimônio Cultural e Histórico e sobre a história da escola para todos os estudantes;
6. Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda;
7. Realizar cursos de capacitação para os funcionários, nas suas diferentes funções;
8. Realizar a manutenção constante dos espaços como parques, e biblioteca;
9. Orientar os alunos sobre as normas de convivência em todas as dependências da escola;
10. Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos.

A manutenção e conservação do patrimônio escolar são primordiais, uma instituição de ensino devidamente conservada, com instalações cuidadas e toda a infraestrutura funcionando adequadamente são premissas fundamentais para que haja bons índices de satisfação e aprendizado. Não só isso, desta maneira, a escola passa a imagem de limpeza, zelo, organização. E uma real preocupação com a segurança e bem-estar de seus alunos e colaboradores que ali convivem.

Todo gestor deve qualificar o seu recurso humano para a organização do ambiente escolar, o gestor de escola pode contar com a ajuda da comunidade escolar para detectar pontos de melhora e prevenir problemas. Mas para isso, precisa estar a par de cada aspecto a ser levado em conta.

Para isso devemos levar alguns aspectos em conta como ter uma atenção especial com os equipamentos, mobiliário e todos os materiais usados na escola. Para prevenir o desgaste, temos que planejar a conservação do patrimônio engajando toda a comunidade escolar na detecção de problemas, mas é garantia de uma boa gestão dos recursos humanos e materiais.

7.6. AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO E O DESENVOLVIMENTO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

- Promover o acesso aos laboratórios de informática;
- Disponibilizar mais recursos tecnológicos e humanos para a produção de material audiovisual;
- Intensificar a oferta de formação continuada sobre a utilização de ferramentas da informática;
- Informatizar o registro de frequência, mediante utilização de planilhas eletrônicas;
- Manter o agendamento de visitas dos estudantes à Biblioteca;
- Manter uma estrutura de organização para o laboratório de informática, de modo que possam ser amplamente utilizados, atendendo a um agendamento prévio;
- Efetuar manutenção dos equipamentos;
- Disponibilizar mais computadores para professores e estudantes nas salas das coordenações e na biblioteca;
- Informar os recursos, materiais e equipamentos existentes para que os professores possam se organizar em relação às novas tecnologias e utilizar nas salas de aula;
- Elaborar orientações para o uso adequado dos recursos disponíveis na escola;
- Incentivar a produção de material didático e o emprego de metodologias que explorem os recursos tecnológicos;

7.7. DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA.

Reuniões com órgãos APM com escola com transparência, de forma democrática.

A democratização é um passo fundamental, pois significa que os educadores, profissionais, assim como pais e a comunidade que esta inserida a escola e outros cidadãos tenham o direito de estar bem informados e de ter participação crítica na criação das políticas e programas escolares.

A democratização da educação passa pela construção de um novo projeto educacional que assegure a reflexão crítica e liberdade de pensamento, sentimento e vontade, não apenas como retóricas, mas como praticas no ambiente escolar. A abordagem a partir da experiência de cada um deve ser salientada.

A Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitni procura fazer o compartilhamento de decisões e informações com toda a sua comunidade, com todos os segmentos. A nossa preocupação é com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício, a transparência e fatores que são operacionalizadas por instancias colegiadas, tais como o conselho escolar APM, Comunidade Escolar.

Ações :

1. Garantir direitos iguais para todos funcionários;
2. Garantir mais contato entre funcionários, equipe pedagógica e direção, pois assim podem surgir novas ideias e parcerias com vistas a melhorar a instituição;
3. Garantir mais informações aos funcionários e passá-las em tempo hábil para não haver desencontros no encaminhamento do trabalho diário;
4. Criar condições para que os funcionários tenham momentos de estudo desde que respeitada a carga horária de trabalho prevista em lei;
5. Garantir a igualdade de tratamento dos funcionários, que devem todos, sem distinção e em acordo com suas funções, reunir-se em mutirão para a realização de determinados trabalhos necessários durante certos períodos do ano;
6. Garantir que os professores, quando readaptados, priorizem a sua área de formação e, caso não seja possível, que sua readaptação atenda às prioridades pedagógicas da escola;
7. Garantir o respeito às especificidades das funções administrativas, bem como a qualificação dos funcionários e suas competências técnicas para o desempenho de suas funções;
8. Valorizar a qualificação profissional e a formação dos educadores, dando-lhes oportunidade de serem indicados para a posição de coordenadores, diretores e assessores;
9. Garantir à participação de todos no processo de discussão dos rumos da Instituição, fazendo com que realmente sintam-se pertencentes ao processo educativo;
10. Promover direitos iguais a professores e funcionários na realização de suas capacitações;
11. Ofertar alimentação adequada aos alunos, em acordo com seu horário de aula.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC;SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf>. Acesso em: 24 de março de 2022.

PARANÁ. Lei n. 4978, de 05 de dezembro de 1964. Estabelece o sistema estadual de ensino. **Diário Oficial do Estado do Paraná, nº. 242, de 26 de dezembro de 1964**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=12350&codItemAto=134377>. Acesso em: 28 de março. 2022.

PARANÁ. Deliberação 02/2016 - CEE/PR. Dispõe sobre as normas para modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado.

ANTONIO, Rosa Maria-Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática. Maringá, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular Do Paraná: Princípios, direitos e orientações. Curitiba: SEED – Paraná., 2019. – 4v

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996. 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10/05/2022

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 10/05/2022.

ANEXOS

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO	FRENTES DE ATUAÇÃO	OBJETIVO O QUE QUEREMOS ALCANÇAR?	META QUAL RESULTADO ATINGIR?	PRAZO EM QUANTO TEMPO?	AÇÕES O QUE FAZER PARA CHEGAR ONDE QUEREMOS?	DETALHAMENTO DAS AÇÕES COMO DESENVOLVER ESSAS AÇÕES?	RESPONSÁVEL QUEM IRÁ EXECUTAR?
Redução de Reprovação	Alunos faltosos	Assiduidade	Tornar uma escola com 100% de assiduidade e menos evasão..	Ao decorrer de todo ano letivo.	Planejar aulas dinâmicas, envolver os alunos nas atividades cotidianas da escola, incentiva los.	<ul style="list-style-type: none"> ● Aulas dinâmicas ● Rotina de atividades ● Incentivos 	Professores e funcionários, diretor e coordenador. Família e escola
	Defasagem de aprendizado	Resgatar os conteúdos	Aulas de reforço para abranger todos os alunos com dificuldade.	Durante todo ano letivo.	Planejar reforço paralelo, direcionado a conteúdos de resgate.	Uma ou duas vezes por semana, com professores que possibilitem uma aprendizagem adequada.	Família e escola

	Melhorar o contato com responsáveis	Alcançar o maior número possível de responsável possível.	Ter respaldo da família, através dos contatos seja, via agenda ou outros meios de comunicação.	Durante todo o ano letivo.	Através de canais de comunicação e redes sociais.	Canais digitais, Agendas e whatsaapbusiness	Toda a equipe gestora da escola.
Redução do abandono	Acompanhamento dos alunos	Traçar estratégias para que possam alcançar as dificuldades particular de cada criança, e assim sucessivamente e fazer as possíveis intervenções.	A principal meta será todos os alunos alfabetizados.	Durante todo o ano letivo	Elaborar um planejamento que abranja os conteúdos pré estabelecidos no currículo obrigatório e paralelo a isso, elaborar atividades diversificadas focadas nas dificuldades.	Aulas de reforço e atividades paralelas.	Todos os professores com auxílio da coordenação.

Melhoria da aprendizagem de leitura, Interpretação e escrita	Incentivo à leitura em todas as disciplinas	Despertar o prazer na leitura, possibilitando os diversos acessos a leitura.	Tornar a leitura uma prática diária, prazerosa e indispensável para as crianças.	Ao decorrer de todo ano letivo.	Atividades diversificadas.	Aulas de reforço e atividades paralelas	Todos os professores com auxílio da coordenação
	Interpretações de textos e imagens em todas as disciplinas	Despertar o gosto pela leitura, independente de gêneros textuais.	Alunos focados e interessados.	Ao decorrer de todo ano letivo	Aulas diversificadas Elaboração de planejamentos com didáticas diferenciadas, as quais os alunos possam interagir com leitura, escrita e imagens.	Aulas de reforço e atividades paralelas	Todos os professores com auxílio da coordenação

	Ações desenvolvidas em outros ambientes da escola	Alunos conscientes do ambiente público e conservação do patrimônio.	Alunos envolvidos com os cuidados e zelo pelo ambiente escolar.	Durante todo o ano letivo	Aulas e xtraclasse onde os alunos poderão visualizar e compreender a rotina da escola, nas áreas de limpeza, refeições entre outros cuidados que envolvam os cuidados com os patrimônios públicos.	Implementar as aulas interdisciplinares, onde os alunos poderão ter acesso a esses conhecimentos.	Todos os professores com auxílio da coordenação
--	---	---	---	---------------------------	--	---	---

<p>Melhoria da Aprendizagem e resolução de problemas</p>	<p>Interpretação de dados e informações para resolução de problemas</p>	<p>Ampliar o conhecimento e desenvolver autonomia do aluno.</p>	<p>Alfabetização e desenvolvimento integral do aluno.</p>	<p>Durante todo o ano letivo</p>	<p>Buscar entender a real dificuldade do aluno, para posteriormente entender quais os passos necessários devemos tomar. Após esta pesquisa, elaborar situações de aprendizagem em que o aluno consiga de forma prática resolver determinado problemas.</p>	<p>Aulas de reforço e se possível o contra turno.</p>	<p>Todos os professores com auxílio da coordenação</p>
---	---	---	---	----------------------------------	--	---	--

	<p>Interpretação de dados em gráficos e tabelas</p>	<p>Ampliar o conhecimento e desenvolver autonomia do aluno, para que ele possa identificar e interpretar imagens.</p>	<p>Alfabetização e desenvolvimento integral do aluno., integrando no currículo, gráficos tabelas como uma rotina mais freqüente.</p>	<p>Durante todo o ano letivo</p>	<p>Buscar entender a real dificuldade do aluno, para posteriormente entender quais os passos necessários devemos tomar. Após esta pesquisa , elaborar situações de aprendizagem em que o aluno consiga de forma pratica resolver determinado problemas. E através destes passos implementar as figuras de imagens, como gráficos e tabelas.</p>	<p>Aulas com recursos audiovisuais, matérias de qualidade como: jogos, brincadeiras e dinâmicas.</p>	<p>Todos os professores com auxilio da coordenação.</p>
--	---	---	--	----------------------------------	---	--	---

	Cálculos e desenvolvimento de raciocínio lógico	Alunos com capacidade de raciocínio lógicos, capaz de ler e compreender os processos da matemática.	Acompanhar o desenvolvimento da criança que apresenta dificuldade em raciocínio e levá-la ao campo do saber, ampliando seus conhecimentos até que compreenda.	Durante todo o ano letivo	Contato com diferentes operações matemáticas, para identificar e ser capaz de discriminar os diferentes signos e seqüências lógicas matemáticas.	Proporcionar aulas com recursos concretos e atividades diferenciadas como, envolvendo dinâmicas e jogos.	Todos os professores com auxílio da coordenação
--	---	---	---	---------------------------	--	--	---



Debora Caroline S. G. Rodrigues
Diretora
Dec. 1/2022 Doc. 04/01/2022

Débora Caroline e Silva Gomes Rodrigues

Diretora Decreto nº01/2022 de 04 de Janeiro de 2022

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 01/2022 emitida pelo Conselho Escolar da

Instituição de Ensino: **ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HELENA HATSUE**

KAKITANI – Ensino Fundamental

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico e ao Regimento Escolar

A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HELENA HATSUE KAKITANI, apresenta o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar da referida Instituição.

O presente Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022

É o que tinha a declarar

Ibiporã, 07 de junho de 2022

Débora Caroline e Silva Gomes Rodrigues

Diretora Decreto nº01/2022 de 04 de Janeiro de 2022

ANEXO III - CHECKLIST

1. Identificação

NRE	LONDRINA
Município	IBIPORÃ (PR)
Instituição	Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani
Especificidade	() campo (x) urbana

Marque com um X nos campos “sim” ou “não”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil		X
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	X	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral		X
Ed. Especial		X
EJA		X

Etapa	Organização	Avaliação	Organização curricular)
Educação Infantil			
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)			
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral	ANO	BIMESTRAL	POR DISCIPLINA
Educação Especial			
EJA			

2. Elementos Situacionais (diagnóstico)

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PPP**

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	X	
O histórico da instituição	X	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	X	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	X	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)	X	
Dados do rendimento escolar de 2022	X	
O mapa de frequência de 2022		x

3. Elementos conceituais

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PPP**.

	SIM	NÃO
Sujeito	X	
Sociedade	X	
Educação	X	
Processo ensino-aprendizagem	X	
Avaliação da aprendizagem	X	
Premissas da escola (item 2.2)	x	

4. Elementos Operacionais

Plano de ação

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PLANO DE AÇÃO**.

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações:		
Objetivos	X	
Metas/prazo	X	
Responsáveis	X	

4.1.2 Elementos Comuns (exemplos):		
Acompanhamento da hora-atividade	X	
Articulação/comunicação e engajamento com as famílias e comunidade	X	
Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades		X
Organização do conselho de classe (antes, durante e depois);	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
Processos de classificação e reclassificação		X
Estágio obrigatório e não obrigatório conforme Lei Federal 11788/08, Decreto Estadual nº 8654/2010, Instrução Normativa nº 28/2010 SUED/SEED.	x	

Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da **Educação Infantil**, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das Crianças e BNCC.		
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)		
Avaliação		
Referências		
Transição da Educação Infantil para o Ensino fundamental		

Marque com um **X** nos campos **sim** ou **não** para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do **Ensino Fundamental**:

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná e BNCC	X	
Estratégias de ensino	X	
Avaliação	X	
Referências	X	
Transição do 5º para o 6º ano	x	

Marque com um **X** nos campos sim ou não para os itens presentes em cada um dos itens abaixo:

	SIM	NÃO
Apresentação do regimento Escolar	x	
Declaração de Legalidade emitida pelo Conselho Escolar das Instituição (Anexo III)	x	

OBSERVAÇÕES E RESSALVAS:

ANEXO IV – PARECER DE LEGALIDADE CME**PARECER Nº _____ / _____ - CME**

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do **Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar**.

Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani apresenta o **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu **Conselho Escolar**.

O Conselho Municipal de Educação de Ibiporã emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade nº _____ emitida pelo **Conselho Escolar** da referida Instituição, situada no município de **Ibiporã-PR** e mantida pela **Secretaria Municipal de Educação**.

O presente **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** atendem os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022 .

Este é o parecer.

Ibiporã, ____ de _____ de 2022

Conselho Municipal de Educação de Ibiporã-Pr

Assinatura e carimbo do Presidente do Conselho Municipal de Educação**ANEXO V – ATO DE HOMOLOGAÇÃO**

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº ____ / _____

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, mantenedora da **Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani**, no uso das atribuições legais conferidas através da Instrução Normativa nº 03/2022 e Parecer de Legalidade nº _____.

HOMOLOGA

Art. 1º - O **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar da Escola Municipal Professora Helena Hatsue Kakitani** do município de Ibiporã, com a oferta de: **Anos iniciais de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental**.

Art. 2º - O **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2022 ficando revogado o Ato de Homologação nº _____ e disposições em contrário.

Ibiporã, ____ de _____ de 2022

Antonio Prata Neto
Secretário Municipal de Educação